Colonização e Povoamento do Ceará

Vinícius Barros Leal

No início da exploração do Ceará, Portugal vivia uma fase triste de sua milenar história, sob o tacão espanhol, decadente, sofrendo os efeitos de uma administração enguiçada, por falta de agudeza política de Felipe III. Vinte anos esteve o Monarca à frente dos destinos da Península, mal servido por funcionários sem qualidades e cercado de favoritos e falsos estadistas, corruptos e incapazes. A Inglaterra e a Holanda não davam trégua ao inimigo e atacavam as colônias portuguesas, para atingir o principal adversário, a Corte madrilena.

O Brasil não tinha defesa, faltavam-lhe soldados, armas, navios e fortificações capazes de resistirem a qualquer sortida dos corsários e flibusteiros; estava à mercê dos salteadores.

Enquanto isso, o interesse maior de Felipe era fazer a integração definitiva da rica colônia americana ao seu Reino, deixando de cumprir as principais cláusulas dos tratados assinados e jurados nas Cortes de Tomar. Na sua pequenez mental, o Rei espanhol proibiu a entrada de barcos holandeses nos portos lusitanos, fazendo com que os interesses dos comerciantes de Amsterdam se dirigissem para a aquisição das preciosas mercadorias nos próprios lugares de sua produção. Do desejo à ação foi um passo. A Europa já se habituara aos produtos da América e do Oriente e não podia mais passar sem eles, nem os atravessadores sem os imensos lucros.

Portugal não tinha indústria transformadora e servia apenas de simples intermediário dessas mercadorias que os seus navios traziam das Molucas e do Brasil. Essa incúria foi a causa maior da progressiva deterioração da economia portuguesa, até ceder completamente seu destacado lugar no comércio mundial a outras nações que se preocupavam justamente em utilizar os produtos portugueses, beneficiando-os e fazendo-os voltarem com os preços bastante alterados pelo tratamento industrial que recebiam.

Aos poucos a situação se agravou, ao ponto de já não mais po-

der tirar proveito nem do simples transporte, porque a frota lusa definhara de tal maneira que apenas parte desses produtos coloniais era por ela levada aos mercados consumidores. Esta era a situação no começo do século XVII, agravada ainda por uma agricultura continental incapaz de atender aos reclamos da população. Junte-se a isto a avidez da nobreza pelos dinheiros públicos e teremos o panorama econômico português daquela época.

Também o problema demográfico estava começando a se manifestar, com o êxodo de portugueses para ultramar, e as baixas determinadas pelas epidemias de peste. As crises sanitárias de 1569 e de 1598 fizeram claros imensos nas populações de cidades e aldeias. Além do mais, os judeus, que eram parte importante no cômputo dos habitantes do país, não podiam trabalhar, em vista da perseguição que o Santo Ofício movia incessantemente, fazendo desaparecer um considerável núcleo de atividade e desprezando, por motivo religioso, a celebrada inteligência e gênio industrioso e comercial dos cristãos-novos. A caçada aos hebreus, as detenções arbitrárias de mulheres e crianças convulsionaram a nação. E, com isto, os grandes prejuízos.

De tudo se compraziam os espanhóis, vendo desmoronar uma pátria que até então tinha tido um curso glorioso na História dos povos. Os nobres castelhanos enriqueciam com a terra retalhada e com a economia portuguesa em suas mãos. Mas, eles também pagaram caro a investida imprudente.

No Brasil, a conseqüência foi o definhamento das fontes de maiores lucros da colônia, a depravação do colono e a desagregação da moral e da coisa pública. Ao mesmo tempo, fazia aparecer, nos aqui nascidos, um arrebatamento de patriotismo capaz de movê-los a empreendimentos que anulassem a interferência das forças estrangeiras no solo brasileiro. Certamente, foi o início do fogo sagrado que rebentou no começo do século seguinte, mas que era então prematuro para uma arremetida bem sucedida.

Pero Coelho ainda era um simples vereador na capital da Paraíba, capitão da galera del Rei e tomava parte[1] nas celebrações e atos públicos.

A sua futura conquista, a capitania do Ceará, brilhava apenas por ser morada de índios de variada cultura lingüística, nômades, arrebatados e primitivos. E a Paraíba, fornecedora de boa parte dos voluntários para a empresa, dormia o sono dos povos pouco afeitos às obras de maior vulto, incapazes de um apoio mais efetivo ao empreendimento

(1) Almeida Prado, "A Conquista da Paraíba", p. 111.

que se prenunciava.

Ia desaparecer a errônea consciência geo-política da unidade geográfica brasileira.[2] Portugal teria de suportar todo o peso da empresa épica, apesar da sua pequenez demográfica e econômica. Outra resultante do empreendimento era a solução do equívoco político da tumultuária propriedade mutuamente reclamada por Espanha e Portugal, uma verdadeira confusão de soberania sobre o Brasil.

É aceitável a opinião de que os habitantes do nosso país, quer os nativos quer os colonos transplantados, jamais aceitaram a jurisdição filipina, criando aqui uma consciência nacional, um refúgio na indesejável conjuntura. E com este desiderato, de firmar a autoridade lusa na conquista, atendiam, de bom grado, aos chamamentos para qualquer ação que tivesse por fim alargar o prestígio e a soberania da pátria.

Os que ficavam em Portugal, inclusive os da governança, tinham também, no pensamento, a fatuidade da eterna permanência do Estado português em solo europeu, onde as constantes demonstrações de intrusão de uns em outros países faziam crer que ninguém estava ali, seguro. O presságio foi confirmado, muitos anos depois na era napoleônica. Mas, o perigo sempre existiu, de Portugal ser despejado, já que ocupava uma dependência quase que de fora do Velho Continente, o seu "jardim à beira-mar plantado".

A expansão colonial tinha que se dar, porque as causas políticas, religiosas e econômicas levariam, fatalmente, a uma exigência dessa ordem. Não cabe aqui o aprofundamento sobre qual destas causas foi a mais válida, pois elas se imbricam, sobrepondo-se uma à outra, ou agindo concomitantemente.

A imensa e rica amazônia exigia um esforço colossal para fazer-se aproximar do Brasil, e o Ceará estava no meio, exigindo, também, um reconhecimento de seus potenciais, senão de riqueza do solo, pelo menos, de suas condições altamente favoráveis a uma ocupação, em vista da estratégia de sua posição. Ali estava para facilitar os movimentos e operações que redundassem em melhor aproveitamento do que lhe ficava mais ao Norte.

Esse tentame da unificação dos dois Brasís teve início no governo de D. Francisco de Sousa, com a construção da fortaleza do Rio Grande do Norte, foi continuada com Gaspar de Sousa. Pero Coelho e Soares Moreno estavam às ordens da Espanha, mas fazendo o jogo de Portugal, como exigia a consciência de cada um.

Passada a fase da conquista e o início do povoamento, outros fatores intervieram, os puramente econômicos. O Brasil já rendia, e Por-

(2) Jaime Cortezão, "A Colonização do Brasil", p. 311.

tugal via no progresso da colônia um prenúncio de atitudes que, certamente, iriam redundar em idéias de emancipação. Porém, estava fraco, saíra das mãos da Espanha muito mais pobre e desorientado; mas, mesmo assim, pôde articular movimentos que implicaram em grandes sacrifícios. Sem estas atitudes muito mais cedo teria perdido o seu tesouro. Foi quando, já muito tarde, vencidos todos os obstáculos à entrada de Portugal na concorrência mundial, apareceram as primeiras companhias privilegiadas de exploração das colônias. Perdida a primazia nas trocas das drogas orientais que garantiam a montagem do imenso império colonial, restava aos lusitanos esperar a ruína de algum de seus rivais para entrar também no jogo comercial. Só para o meado do século XVIII tal aconteceu, aproveitando a ocasião para fundar a sua empresa, a Companhia de Pernambuco e Paraíba. A função dela era explorar o comércio e a agricultura, e promover a colonização do Nordeste, monopolizando a lavoura. Ao mesmo tempo, com o tráfico de suas naus, promovia a defesa das terras africanas de seu domínio. Com esta medida esperavam os governantes aproveitar melhor a mão-de-obra vinda para a colônia, tanto a nacional como a estrangeira, e levantar a economia colonial de outra maneira, já que a extração de ouro nas Gerais havia diminuído bastante.

Ao lado disso, mesmo tendo sido abolida a escravatura no território continental, aqui era ela permitida, em vista das condições especiais da exploração do solo. Nisto a Companhia teria grandes lucros, movimentando a massa humana negra. Originou-se daí uma certa animosidade com os jesuítas, culminada, no tempo de Pombal, pela expulsão sumária dos inacianos. Já nesse tempo o território brasileiro do Nordeste estava praticamente povoado e colonizado, restando apenas civilizá-lo no sentido de desenvolver as suas potencialidades humanas e sociais, para engajá-lo no progresso que outras regiões do próprio Brasil já estavam gozando.

O intenso deslocamento da mão-de-obra para a mineração já fizera o que tinha de fazer e deixara oportunidade para os que vocacionalmente se entregavam ao campeio nas extensas fazendas de criar nordestinas, estabelecendo as bases da produção da carne e do couro. A cultura do açúcar, porém, nunca medrou no Ceará, tanto pela impropriedade da terra como pela relevância do capital exigido neste tipo de agroindústria.

Assim, pelo incentivo de novas culturas, especialmente da melhor qualidade do algodão e a tentativa de outras, como do "bicho da seda", tinha início, no Ceará, o aproveitamento sistemático e ordenado de todas as suas terras. Criava-se, também, um novo método de vida,

não só pelo melhoramento das condições de morada e higiene, como pela maior divulgação da instrução e do relacionamento dos governantes com a população em geral. A crescente produtividade dava margem a este progresso. A potencialidade do Ceará, ontem como hoje, esteve sempre condicionada ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, apesar dos pesares, isto é, da baixa politicagem e da inclemência do clima. O fim da era colonial coincidiu com a segura caminhada do nosso desenvolvimento.

Aqueles que se aventuraram na empresa do Ceará eram ao mesmo tempo conquistadores, povoadores e colonizadores. Alguns, aventureiros apenas, mas, a maior parte, indivíduos com uma meta, uma vontade de engrandecer a pátria portuguesa e reviver os heroísmos dos ancestrais e dos primeiros penetradores do solo brasileiro. Carregavam no sangue a herança dos troncos avoengos, a par de uma fé ardente, tanto no fervor da prática religiosa como na crença de que estavam dando um testemunho de tenacidade e firmeza.

Não é muito fácil traçar um perfil destas personagens da nossa história, dos dominadores da cena nos séculos XVII e XVIII, no Nordeste do Brasil. O homem colonial na época do domínio luso tinha algo de Cruzado da Idade Média, de aventureiro dos descobrimentos, de missionário da catequese, de produto da Renascença, de fundador de nacionalidades, de patriarca e de simples carreiro. Caminhava tenazmente por atalhos, veredas, vadeava rios, levando trastes e família, sofria os infortúnios no corpo e na alma, mas tinha a mente povoada de castelos e fantasias. E era o que os sustentava. Tinha, também, as suas paixões: a do rápido enriquecimento, a da disputa inglória que, muitas vezes se sobrepunha à Razão, tirando-lhe a lucidez, vencendo-o no arrebatamento da cólera, na parcialidade do litígio e na afetividade intensa e sensual.

E estes homens, com seus defeitos e virtudes, "deixaram raça", transmitiram aos filhos e netos os atavismos, traduzidos no gosto pelos folgares das folias nos sertões, das vaquejadas, das festas religiosas, dos foguetórios, bebedeiras, banhos de rio e cavalhadas. E, também, os apetites grosseiros, os instintos às vezes rudes e cruéis. Herdamos, de nossos antepassados, esta manifestação da poética brejeira dos cantadores da gesta sertaneja, a manha cavilosa, a sinceridade de um maneirismo e da hospitalidade feliz e desinteressada. O cearense é uma mistura dessa gama de sentimentos um tanto disparatados. E, por isso, tão resistente ao sofrimento, tão capaz de suportar os reveses que a terra seca e pouco dadivosa constantemente oferece de amargura e aflição. Mas, vence e desperta do sobressalto, levanta a

cabeça, e, atordoado, aguarda, com resignação e coragem, a próxima desordem que o nosso calendário climático teima em observar no desenrolar dos tempos.

De onde vieram tais homens que nos legaram semelhantes condicionamentos?

Temos o testemunho da história, já sabiamente registrado pelos pesquisadores, pelos genealogistas, por escrivães, e pelos vigários e sacristães-secretários paroquiais. Estes últimos, sem a intenção de escrevê-la, porém, com o registro sistemático dos batizados, casamentos e óbitos, em letra caprichada, mas prejudicada pela química rudimentar das tintas, nos legaram um manancial de informações sobre o estabelecimento e desenvolvimento da família cearense. O Ceará tem uma longa e justificada fama de ser o Estado da Federação que melhor acervo de documentos possui, e, de fato, os nossos pesquisadores têm contado com esta feliz pecularíedade. Graças também ao afanoso trabalho de estudiosos do gabarito do Barão de Studart, de Antonio Bezerra, Perdigão de Oliveira, Pompeu Sobrinho, Soares Bulcão, Carlos Studart e Raimundo Girão, e tantos outros, que seria estafante citar, podemos contar com um material de primeira qualidade para fundamentar qualquer trabalho de comprovação dos mais diferentes temas relacionados com a história de nosso povoamento. É um privilégio inexcedível, de causar inveja aos nossos vizinhos, que não puderam contar com semelhante ajuda. Ao lado disto, num verdadeiro trabalho de equipe, o Instituto do Ceará, já centenário, que por todos os longos anos nunca descurou o aprofundamento dos nossos eventos mais memoráveis. A Revista do Instituto, periódico que, desde 1887 vem divulgando o resultado das pesquisas feitas por seus membros e dando guarida simpática e amável aos que, mesmo fora do Instituto, desejam colaborar nesse titânico empreendimento, é o repositório mais rico e fiel das investigações esclarecedoras.

Firmados, pois, nessa magnífica bibliografia e em nossas próprias pesquisas, podemos traçar um mapa genealógico do Ceará, indicando os nomes dos primeiros povoadores, a origem deles, os locais onde se instalaram e as famílias que originaram.

Vejamos: na região jaguaribana, os primeiros ali fixados eram provenientes do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, em sua grande maioria. Também muitos foram os portugueses natos. Muitas das famílias dos pioneiros já se encontravam no Nordeste há duas ou três gerações. Alguns já pertenciam a greis tradicionais de Pernambuco, eram oriundos dos velhos troncos ali instalados nos primeiros tempos da colonização. Dentre estes, os descendentes de Jerônimo de

Albuquerque, de Felipe Cavalcante e de Arnau de Holanda. Os primeiros destes, de pura ascendência portuguesa da melhor estirpe, gente de nobreza atestada pelos quatro costados, entroncavam-se no "Adão pernambucano", o patriarca maior, que, vindo para Pernambuco na companhia de seu cunhado, o Capitão-mor Duarte Coelho, o primeiro donatário, aqui se uniu à índia Maria do Espírito Santo, filha do Cacique Arcoverde, e com ela deu ao Brasil doze rebentos de excepcionais qualidades, destacando-se Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o vencedor na luta contra os franceses no Norte. Esta família teve uma atuação destacadíssima no Brasil, dando generais e estadistas, profissionais liberais, políticos da maior evidência e até o primeiro Cardeal da América do Sul, D. Joaquim Arcoverde. Porém, os Albuquerque foram, também, pioneiros nas lutas do campo, na conquista do solo e no trabalho de desbravamento de grande e importante parte do Nordeste. Para o Ceará vieram inúmeros com esta determinação de colonizar o nosso solo, desde a arrancada inicial. Fixaram-se, de princípio, na zona litorânea, numa tentativa de transplantar para aqui os mesmos procedimentos agrícolas da terra de origem, isto é, o plantio da cana-de-açúcar. A terra, porém, não era adaptada ao que eles desejavam, mas, isto não foi motivo para abandoná-la. Alteraram os seus esquemas e tornaram-se criadores de gado nos sertões, os plantadores de algodão, café, milho, o que verificaram ser possível cultivar nesse solo ingrato de invernos incertos e de água difícil.

Os Cavalcantis e os Holandas sempre andaram junto aos Albuquerques. Os entrelaçamentos foram freqüentes e continuados, através dos quase quatro séculos de história familiar do Nordeste. Felipe Cavalcanti era um nobre florentino que atendeu, prestimoso, ao convite de Duarte Coelho, quando o primeiro donatário de Pernambuco procurava, na Europa, pessoas de posses e destemidas que quisessem correr à aventura americana. Família de banqueiros, possivelmente cristãos-novos, mas, com muita dissimulação, jamais qualquer da grei manifestou essa condição, vivendo sempre entre os mais renhidos defensores da pureza de sangue, sem revelar esta quase certa circunstância, bastante negativa para os padrões culturais e religiosos da época.

Estiveram os destas famílias em todos os momentos da colonização do Nordeste nos embates violentos das atitudes de força contra os índios, na defesa dos patrimônios culturais da Colônia, nas lutas armadas de demonstração do amadurecimento político do homem brasileiro, nas terríveis campanhas contra os invasores e em tudo o mais. É provável que a família seja a que mais se mesclou em todos os ou-

tros clãs e a que, com esta característica, tenha alcançado as melhores posições de mando em quase todos os Estados do Nordeste. Houve um certo tempo em que se dizia, tal era o número de Cavalcantis nos postos-chaves, que aqui "quem não é Cavalcanti é cavalgado". Até hoje ainda se pode verificar a proeminência desta família, que deu ao Brasil verdadeiros luminares do saber e, no Império, os seus melhores estadistas.

Os Holandas provêm do nobre holandês Arnau Florentz ou Arnau de Holanda, depois de sua completa adaptação ao Brasil. Filho de uma irmã do Papa Adriano VI, o último Papa não-italiano até a eleição de João Paulo II, também atendeu o convite de Duarte Coelho, trazendo para o Brasil a sua vontade de concorrer para a fundação de uma nova nacionalidade e de transplantar para os trópicos os progressos dos conhecimentos do seu tempo. Casando-se em Pernambuco com uma das moças trazidas por D. Brites de Albuquerque, uma daquelas órfãs de nobres pais falecidos nos embates da India, criou aqui uma família que desde os primeiros tempos coloniais mostrou grande interesse em engrandecer a nova pátria, colaborando com os demais que tinham os mesmos interesses, atendendo a todos os reclamos que esta magna empresa exigia dos que a ela se afeiçoavam. O Ceará recebeu muitos elementos ativos deste clã, representados pelos bisnetos e trinetos de Arnau, que chegaram às praias de Aracati e Cascavel no decênio inicial do século XVIII. Também, como os outros parentes e contraparentes, vinham com a idéia de instalar aqui engenhos de açúcar, o que não foi possível; mas dirigindo as suas potencialidades para os outros ramos da indústria pastoril e agrícola, firmaram-se nas zonas sertanejas de Quixadá, Quixeramobim e Acaraú, no criatório de gado vacum, e pouco mais tarde, na serra de Baturité, introduzindo ali as excelências da cultura elitizante do café. Participaram menos que os antecedentes nas lutas políticas, preferindo a atividade do campo para demonstrar esta adesão ao progresso do Ceará.

Tal como em Pernambuco e no resto do Nordeste, estas três famílias se mesclaram mutuamente, formando algumas gerações de indivíduos que se caracterizavam pela brancura da pele, pelo tipo físico um pouco mais avantajado que os demais, de porte alto, inteligentes, pacatos e empreendedores. Quase todas as famílias mais antigas do Ceará entrelaçam-se com Albuquerques, Cavalcantis e Holandas.

João Brígido escreveu uma crônica, "Povoamento do Ceará"[3], e esclareceu nela alguns fatos a respeito de certas famílias. Em outro

(3) João Brígido, "Povoamento do Ceará" – Antologia, p. 360.

trabalho, referiu-se aos Nogueiras jaguaribanos. Os Ribeiro-Bessas, os Costa-Limas, Maciéis, Gurgéis, Ramalhos, Ferreiras, Pereira-de-Britos, Sabóias, Maias, Pinheiros, Bezerra-de-Menezes, todas, famílias profundamente ligadas à colonização do Jaguaribe, delas descendendo boa parte da população da extensa zona que vai desde o Araçati ao Icó, ramificando-se para a Serra do Pereiro, Apodi, Morada Nova e Jaguaribe-Mirim.

Luciano Cardoso de Vargas, o Abraão Jaguaribano, foi um povoador que a tradição oral atribui ter sido médico e bom parteiro, fundador de uma imensa grei espalhada por todo o vale. Estabeleceu-se ali no começo do século XVIII, vindo de Goiana, e é provável que fosse cristão-novo, pois os seus dois sobrenomes levam a pensar assim. Os dessas duas famílias moradoras na Bahia o eram, comprovadamente. Os Negreiros, descendentes de uma irmã de André Vidal, muito se misturaram com os oriundos de Luciano.

Destaque especial cabe aos Leitão-Arnosos que, pelas ligações que tinham com Bernardo Vieira de Melo, Capitão-Mor do Rio Grande do Norte e prócer dos movimentos nativistas dos 700, conseguiram muitas sesmarias no Ceará. São inúmeros os elementos desta família que se estabeleceram com fazendas de criar em muitas localidades cearenses, notadamente nas zonas litorâneas e nos sertões às margens dos rios Banabuiú, Choró, Palhano e Curu. Trouxeram cabedais suficientes para a instalação, e prosperaram bastante. De não menos influência e com grande miscigenação com os anteriores, conhecemos os Uchoas, Pessoas, Carvalhos, Liras e Pereiras, bastando uma consulta à obra de Borges da Fonseca[4] para a comprovação do que afirmo.

Na região do Icó, firmaram-se os Correia-Limas, Mendonças, Leais, Fiúzas, Pinto-Bandeiras, Aciolis e outras, que, com as suas alianças, principalmente com os Albuquerques e Nogueiras, dominaram esta rica zona do nosso "hinterland". Os Feitosas foram pioneiros no médio Jaguaribe e sertão dos Inhamuns e protagonistas de muitas lutas pela posse dessas terras, chamando a atenção a disputa com os Montes, verdadeira guerra de famílias, apesar de serem aparentados. No Cariri, os Alencares, Gonçalves, Sampaios, Arnaults, Figueiredos, Pereiras e Bezerra-de-Menezes foram ramos frondosos, que, pelas diversas uniões com elementos de famílias oriundas de Sergipe e Bahia, deram à região algumas peculiaridades de costumes e comportamento. A prosódia, os tiques de linguagem, a alimentação, os gestos, a gí-

---

(4) Borges da Fonseca, "Nobiliarquia Pernambucana , passim.

ria, a arte artesanal, o folclore e a música do Sul do Estado são típicos e inconfundíveis, e revelam os traços de suas procedências.

No litoral, sabemos que o povoador mais antigo e que marcou geneticamente a sua permanência e fixação foi Manuel Lopes Cabreira, possivelmente português, tronco de imensa prole, que pelo entrelaçamento com Costa-Gadelhas, Baimas, Lopes e Queirozes, povoou as terras próximas a Cascavel e Aquiraz. Baltazar Lopes Barreira, Felipe Santiago da Silva, Cristovão de Barros Rego e alguns elementos dos Calados do Rio Grande do Norte, foram os incentivadores do povoamento de Cascavel e, posteriormente, passando quase todos para os arredores de Baturité, ali se estabeleceram com culturas e criatórios. Galvões, Pimentéis e Moreira-Barros, todos potiguares, são muito ligados aos precedentes. Em Quixeramobim houve uma característica interessante entre os primeiros povoadores. Aí, quase todos eram portugueses, a contar do primeiro que ali se estabeleceu, Antonio Dias Ferreira. E esta particularidade permaneceu dominante por muitos anos, até meados do século passado. Os descendentes dos portugueses José Ferreira Santiago, de Bento Luís Ramalho e de Jacinto José de Sousa Pimentel viveram sempre unidos por laços de casamentos, sofrendo por isso, nas manifestações pró-separação, as maiores aflições, em vista do partidarismo exaltado dos descendentes daqueles que se consideravam mais brasileiros que os outros, os já mesclados pelo sangue de negros e índios. A convulsão social conhecida por "mata-mata marinheiro" por pouco não fez de Pimentel uma de suas mais proeminentes vítimas. Escapou Jacinto José por sua previdência, por ter construído, no enorme sobrado de sua residência, um alçapão providencial.

Ao norte da Capital, na zona do Curu, sabemos da importância das famílias Braga, Barroso, Pereira-Pinto, Escócio de Drumond, Moura Rolim, Teixeira e Montenegro no povoamento e colonização da área. São Gonçalo e Itapipoca integram-se neste movimento, recebendo os seus primeiros habitantes destas famílias.

Na zona Norte do Estado houve um povoamento de elite, vindo, para a área de Sobral um valioso contributo humano representado por membros das famílias mais importantes do Nordeste e ali se instalando na faina da criação, pouco cuidando da agricultura propriamente dita. Montes, Xerezes, Lopes-Freire, Frotas Albuquerques, Araújo-Costas, Figueira-de-Melos, Furtado-de-Mendonças e tantas outras, muito bem estudadas nas obras do Pe. Francisco Sadoc, especialmente na sua Cronologia. Convém relembrar que estes povoadores eram representantes daqueles velhos ramos portugueses, vianenses ou trans-

montanos, que de muito haviam se instalado em Pernambuco.

Desses núcleos, isto é, dessas povoações, vilas e simplesmente lugares, saíram para outras, levando os mesmos traços genéticos, dando origem a novas famílias, formando assim, o produto racial que hoje apresentamos.

Foi, como se nota, um povoamento resultante de múltiplas condições, tendo sido necessário o desbravamento do terreno, o afastamento do índio rebelado, a catequização, a introdução da legislação portuguesa nessas paragens incultas e bárbaras, a criação de estruturas políticas e sociais, religiosas e administrativas, para dar condições de sobrevivência ao homem, em tais circunstâncias.

O descobrimento, a colonização e o povoamento do Ceará deram-se como decorrência do delineamento traçado pelos que dirigiam a Colônia, com uma visão dinâmica e objetiva da grandeza do Brasil. Partindo de centros de povoamento, desdobraram-se esses homens com esforço supremo, se bem que já beneficiadas por ocorrências superadas e que eram embaraços aos que primeiramente tentaram. Não havia mais a competição estrangeira nem a falta de bases de abastecimento de provisões de boca e de guerra. Muitos deles já habitavam os sertões e tinham experiências de guerra contra os bárbaros e possuíam informações seguras sobre as próximas etapas.

Em todo o desenrolar de lutas e conquistas, verificou-se que Pernambuco teve grande ascendência sobre os acontecimentos. Capistrano de Abreu resume-o muito bem em "Caminhos antigos e povoamento do Brasil", traçando um verdadeiro mapa da colonização, indicando as rotas da conquista e os serviços que os conquistadores prestaram; o malogro de muitas incursões e os sucessos duramente alcançados. A marcha conquistadora em direção ao Ceará teve diversas origens: De Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, desde quando era preciso vencer as dificuldades da navegação entre o Recife e o Maranhão. A conquista do Ceará era necessária à ligação dos dois Brasís, que as águas e os ventos teimavam em dificultar. E foi isto o que fizeram Pero Coelho e Martim Soares Moreno, oficialmente; os Jesuítas, oficiosamente, e os povoadores, voluntária e interesseiramente. Reconhecida a costa, assinalados os seus lugares seguros e os pontos de penetração, o plano arrojado foi acometido com as doações de terras e o descobrimento de caminhos menos perigosos. Verdadeira façanha de heroísmo foi realizada no empenho de tornar o Ceará viável. E, de fato, assim se deu, encontrando o século XIX uma Província habitada em toda a sua extensão, suas áreas agricultu-ráveis já produtoras de bom algodão, cereais e alguma cana, apesar

dos contratempos de uma zona árida e sujeita a secas periódicas, além das pragas comuns. A pecuária, neste começo de século, já bastava às necessidades locais e dava mesmo para o atendimento dos constantes apelos das feiras de Pernambuco.

Livre completamente, desvinculado das cadeias alfandegárias do Recife, pôde o Ceará desenvolver-se com os seus próprios meios, graças à ação de muitos cerenses dinâmicos e de espírito forte. Tão imbuídos estavam desta auto-suficiência que planejaram até desembaraçar-se de peias maiores, formando uma Confederação com aquelas Províncias mais comprometidas com o pensamento liberal.

Passado o momento de inquietação, independente a Nação e assegurada a estabilidade política dos novos governantes, tivemos uma fase de grande progresso, inclusive no que tange ao sucesso da nossa colonização, bem entendendo este termo como um fenômeno sócio-político, e não apenas a dependência governativa, mas o conceito comum, demográfico. Também o desfrute melhor do solo pela organização das terras ocupadas segundo o princípio da civilização. Refiro-me ao governo de José Martiniano de Alencar, que tentou e conseguiu, em parte, a exploração econômica do Ceará através da abertura de melhores caminhos, da construção de pontes e açudes públicos para abastecimento e irrigação, da criação de um Banco, da promoção cultural das populações mais afastadas, o combate ao crime e à ociosidade, diminuindo o desnível dos vários setores de grupos e sociedades.

Ainda foi além o Padre-Presidente, tentando atrair colonos das Ilhas e introduzir criatórios de raças diferentes, de animais provavelmente adaptáveis ao nosso clima, além de incentivar a manufatura artesanal e a melhor proteção da saúde. Foi uma verdadeira revolução administrativa o governo Alencar, pioneira, mas, muito prejudicada pelos vícios, pela corrupção de muitos maus elementos preocupados, unicamente, com o bem pessoal, sem qualquer espírito público. No entanto, não deixou de ser uma tentativa válida de complementação de uma obra que tinha o escopo de ajudar e motivar o curso da colonização do Ceará.

A imigração portuguesa, continental e das Ilhas, foi da mais alta valia, tanto pelo que significou numericamente, como pela qualidade dos que escolheram o Ceará para se instalar e fundar novas famílias. Dos primeiros anos do século XVIII ao final do seguinte, perto de mil portugueses se estabeleceram aqui e fincaram raízes duradouras. É tão importante o estudo deste transplante humano que deixo para outra ocasião a análise das causas e efeitos do fenômeno.